

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A «amnistia» salazarista



NEM UM SÓ PRESO POLÍTICO SAÍU DOS CÁRGERES FASCISTAS! A LUTA POR UMA AMPLA AMNISTIA CONTINUA!

A «amnistia henriquina», promulgada recentemente pelo governo não pôs na rua um só dos presos políticos que às centenas enchem os cárceres fascistas. Uma tal «amnistia» constituiu um escárnio para os sentimentos do povo português que unanimemente vem reclamando uma Amnistia total que liberte das cadeias todos os presos políticos sem excepção, que permita o regresso à pátria de todos os emigrados políticos e o regresso ao lar de todos os que hoje apenas pelas suas ideias políticas, são obrigados a esconder-se das perseguições policiais.

O arremedo de amnistia não foi concedido de vontade própria

No introito do decreto que concede o arremedo de amnistia, a camarilha salazarista não consegue esconder os seus sentimentos desumanos ao dizer que tendo-se construído prisões «modelares» as amnistias não se tornam necessárias. Ao falar de «regeneração» dos presos nas suas «prisões modelares», o governo de Salazar pretende identificar os presos políticos com os delinquentes comuns, como se as ideias e o pensamento estivessem sujeitos a qualquer espécie de regeneração. Ao dizer que hoje as medidas de clemência não são tão necessárias como anteriormente, a camarilha salazarista mostra bem que não estava nos seus planos conceder mesmo um arremedo de amnistia. Este foi-lhe arrancado através das reclamações populares, como foi obrigada a reconhecê-lo.

Isto indica apenas que a intensidade da campanha «pró-Amnistia» é ainda insuficiente. Isto in-

dica que é preciso chamar a pronunciarem-se a favor da Amnistia muitos mais milhares de portugueses.

O governo fascista tem vindo a sofrer a pressão incessante das



reivindicações populares pela Amnistia. Desde as grandiosas manifestações de Maio-Junho de 1958, em que centenas de milhares de portugueses reclamaram nas ruas a libertação dos presos, até às re-

centes manifestações, petições e assembleias por ocasião do Cinquentenário da República, tem-se desenvolvido uma agitação constante contra a repressão. Nos últimos meses, a campanha da imprensa diária de todo o país e de vários órgãos regionalistas veio dar maior amplitude a esta agitação, ao mesmo tempo que iniciativas de grande repercussão como a I Conferência Sul-Americana Pró-Amnistia em Portugal e Espanha e as dezenas de comícios na União Soviética, China e outros países socialistas e ainda em França, Canadá e outros países capitalistas, colocavam o governo de Salazar em dificuldades.

Alarmados com o volume crescente das manifestações do nosso povo e a vigorosa condenação internacional ao regime de perseguições e de terror existente em Portugal, o governo fascista sentiu a necessidade de tomar qualquer medida que aparentasse ir ao encontro da vontade do País.

(continua na 2.ª pág.ª)

AGOSTINHO NETO DEPORTADO PARA AS ILHAS DE CABO VERDE

Pressionado pelas acções do povo de Angola (a que o massacre da população de Scolo Bengo, noticiado pelo «AVANTE», deu particular relevo), pelos protestos dos povos africanos, pelas vozes que no nosso próprio país se levantaram contra a prisão deste destacado patriota angolano, assim como pela poderosa campanha internacional contra o colonialismo português, o governo de Salazar acaba de tirar da prisão do Aljube o Dr. Agostinho Neto e de lhe fixar re-

sidência na cidade de S. Vicente, nas ilhas de Cabo Verde.

A PIDE procurou fazê-lo embarcar em segredo no aeroporto de Lisboa, mas à sua partida compareceram algumas dezenas de pessoas que fizeram ao Dr. Agostinho Neto uma comovente e significativa despedida. Raiuosos, os agentes da PIDE prenderam durante algumas horas 18 das pessoas presentes a quem dirigiram soezes insultos.

A deportação do Dr. Agostinho Neto para o inóspito Arquipélago de Cabo Verde é um acto puramente odioso, representa a aplicação da política de reféns contra um patriota, cujo grande «crime» é amar entranhadamente o seu povo e o seu país. Ao mesmo tempo, o governo reduz o Dr. Agostinho Neto à fome, privando-o dos meios de exercer a sua profissão.

Protestei contra esta medida ilegal! Reclamai a libertação imediata do Dr. Agostinho Neto e a terminação de todas as restrições à sua movimentação.

Enviad os vossos protestos ao Presidente da República, ao Governo, ao Ministério do Ultramar, à Assembleia Nacional!
LIBERDADE PARA O DR. AGOSTINHO NETO!

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE O PROBLEMA COLONIAL

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, salientando a inevitabilidade histórica da abolição a curto prazo do regime colonial, declara que:

1— O Partido Comunista Português reconhece aos povos das colónias portuguesas o direito de decidirem do seu destino, ou seja, o direito à imediata e completa independência;

2— O Partido Comunista Português apoia e presta a sua ajuda fraternal à luta corajosa que os povos das colónias portuguesas (aliados do proletariado português) conduzem pela sua libertação, tanto pelo que essa luta representa para os povos coloniais, como pela ajuda efectiva que representa para o povo português na sua luta contra os monopólios, o imperialismo e o governo fascista de Salazar que serve uns e outro;

3— O Partido Comunista Português condena a política colonial do governo de Salazar, que, em mero proveito dos monopólios portugueses e estrangeiros, insiste na dominação e exploração bestiais dos povos das colónias portuguesas e, não tendo em conta as realidades do mundo em que vivemos, está condenada a completo fracasso e sujeita Portugal a graves desaires políticos e diplomáticos, como aquele que se acaba de verificar na ONU, onde as intervenções dos delegados salazaristas são uma vergonha para Portugal;

4— O Partido Comunista Português condena as acções policiais de terror que o governo está conduzindo nas colónias portuguesas, com prisões, condenações e deportações de nacionalistas e com espingardeamentos da população indefesa, e reclama que cesse imediatamente tal acção;

5— O Partido Comunista Português alerta o povo português contra os perigos duma guerra colonial, que o governo de Salazar prepara febrilmente no único interesse dos grandes colonialistas e chama o povo português, em especial a juventude e as forças democráticas, à luta contra a mobilização encapotada, pelo regresso das tropas que se encontram nas colónias e contra todos os preparativos de guerras coloniais;

6— O Partido Comunista Português salienta a urgência duma rápida rectificação da política obstinada do governo fascista (reafirmada no último discurso de Salazar), que, não só é um crime contra os povos coloniais, como representa, uma exploração e opressão mais violentas das classes trabalhadoras portuguesas, dificuldades económicas crescentes para Portugal, e a ameaça de sacrifício da juventude numa guerra injusta;

7— O Partido Comunista Português declara que apoiaria quaisquer iniciativas tendentes a abrir caminho a uma solução do problema das colónias portuguesas, no
(continua na 2.ª pág.ª)

II.ª CONFERÊNCIA DA AMÉRICA LATINA PELA AMNISTIA EM PORTUGAL E ESPANHA

Prepara-se activamente a 2.ª Conferência da América Latina para a Amnistia em Portugal e Espanha. No Brasil, 32 deputados e 2 senadores assinaram um manifesto convocatório da Conferência, que terá lugar em Montevideu no mês de Janeiro. Referindo-se a esta jornada de luta contra a repressão em Portugal e Espanha. O escritor Jorge Amado dizia que os regimes de Salazar e Franco são duas manchas na vida dos povos. Também os intelectuais chilenos deram a sua adesão pública numa «Declaração» assinada pelos maiores vultos das letras e das artes do Chile. Tudo se prepara para que a Conferência represente uma grande contribuição para a libertação dos presos políticos de Portugal e Espanha.

GUILHERME DA COSTA CARVALHO de novo nas garras da PIDE

Em meados de Novembro um bando de uns 20 agentes da PIDE assaltou, em Lisboa, a casa de Guilherme da Costa Carvalho, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, e prendeu-o, bem como a sua mulher, a operária corticeira, Maria Diogo.

Nascido na cidade do Porto, Guilherme de Carvalho tem 39 anos, e é o tipo de revolucionário que, saído de uma família da burguesia, se identificou inteiramente com a classe operária e o seu Partido. Filho adoptivo da classe operária, Guilherme de Carvalho desde muito jovem levou uma vida moralmente impecável e completamente dedicada à luta pelos seus ideais.

Preso pela primeira vez em 1948, o seu comportamento heróico ante as torturas infligidas pela PIDE grangeou-lhe a admiração e a confiança do povo português. Quando da sua deportação para o campo de concentração do Tarrafal, o povo do Porto, numa comovente manifestação, testemunhou-lhe o seu amor e solidariedade no momento em que, no cais de Leixões, o faziam embarcar para Cabo Verde. Logo que foi libertado, Gui-

lherme de Carvalho voltou a entregar-se totalmente à luta do nosso povo. Novamente preso na clandestinidade em 1959, evadiu-se da fortaleza de Peniche em 3 de Janeiro deste ano juntamente com os nove camaradas que participaram nessa memorável fuga.

Guilherme de Carvalho passou já mais de seis anos nas prisões fascistas, dois dos quais no sinistro campo do Tarrafal.

A PIDE nutre por Guilherme de Carvalho um ódio feroz. Nas gar-

ras da PIDE a sua vida corre iminentemente perigo. Cabe aos comunistas e democratas em geral, e ao povo do Porto em particular, através de inscrições, cartas, telefonemas, etc, responsabilizar o director da PIDE, o ministro do Interior e Salazar pela vida de Guilherme de Carvalho e Maria Diogo. Apela-mos para todos os amigos do povo português espalhados pelo mundo para que juntem as suas vozes às nossas em defesa da vida de Guilherme de Carvalho.

7 ADVOGADOS PRESOS QUANDO EXERCIAM AS SUAS PRERROGATIVAS

O regime fascista afunda-se cada vez mais na ilegalidade. O arbitrio tornou-se a lei do salazarismo. Uma nova manifestação disso foi a prisão em princípios de Novembro de sete advogados do Norte que procuravam, no exercício das suas funções jurídicas, conseguir a libertação da patriota Maria Angela Vidal, presa há mais de 7 anos, (embora condenada em três anos e meio) e cuja vida, segundo o parecer dos próprios médicos da PIDE, corre grave risco se não for urgentemente restituida

à liberdade.

Trata-se dos conhecidos juristas democratas Drs. Armando Baccelar, Mário e Carlos Cal Brandão, António Macedo, Taveira da Costa, Araújo Correia e Sousa e Castro, que haviam requerido ao Tribunal Plenário a documentação necessária para apresentar o caso de Maria Angela Vidal à ONU. A resposta foi mais uma vez a PIDE e o cárcere para os reclamantes.

Este caso é mais uma amostra do carácter arbitrário do salazarismo. O governo de Salazar calca mais uma vez aos pés tudo o que é universalmente reconhecido como direitos do Homem e do Cidadão, como garantias de assistência judicial e livre exercício da justiça. Porém, a consequência imediata mais grave deste novo atentado à liberdade dos portugueses é a continuação por tempo indeterminado da prisão ilegal de Maria Angela e dos perigos graves que rodeiam a sua saúde e a sua vida.

Protestai contra a prisão dos 7 advogados democráticos! Reclamai a libertação imediata de Maria Angela!

A «AMNISTIA» SALAZARISTA

(continuação da 1.ª pág.)

A lei sobre a «amnistia» foi habilidosamente manipulada de modo a neutralizar os protestos de determinados sectores contra a repressão sem afrouxar no mínimo o peso das perseguições. Foram anulados os processos odiosos movidos ao grande escritor democrata Aquilino Ribeiro, aos católicos que haviam requerido um inquérito às atrocidades da PIDE e ao Dr. Manuel João Palma Carlos. Mas continuam nas prisões centenas de bons portugueses e portuguesas que não cometeram qualquer crime, alguns condenados a verdadeiro regime de prisão perpétua.

**Insistir nas reclamações
coordenar e alargar as
acções à escala nacional**

A pequena vitória já alcançada mostra que insistindo-se nas reclamações e coordenando-as e alargando-as à escala nacional novas vitórias se alcançarão.

Se as reclamações, petições assinadas, manifestações parciais acabarem por dar lugar a um largo

movimento de opinião verdadeiramente nacional, a Amnistia ampla, total, será conquistada.

As prisões continuam cheias e milhares de pais, filhos, irmãos parentes e amigos esperam ansiosamente o regresso ao lar dos seus entes queridos. O prostituído Tribunal Plenário, que de tribunal só tem o nome, continua a aplicar desumanas penas contra patriotas dos melhores. O General Humberto Delgado, o Bispo do Porto e dezenas de outros exilados políticos continuam impedidos de regressar à Pátria. Na Embaixada do Brasil, à mercê das maquinacões dum embaixador fascizante, o dirigente católico Manuel Serra vive no temor constante de ser de novo entregue aos carrascos da PIDE.

Quer dizer, as razões para a continuação e alargamento da campanha nacional e internacional pela Amnistia continuam inteiramente válidas.

Um primeiro resultado foi obtido. Outros e definitivos poderão ser alcançados de novo pela luta.

Insistir, insistir e sempre insistir na luta pela Amnistia, é o caminho que conduzirá à vitória.

OIÇA A RÁDIO!

MOSCOVO: Diariamente, em português, das 21 às 21,30 pelas ondas de 41 e 49 metros, e das 21,30 às 22 horas em 31, 41, e 49 metros.

PRAGA: Diariamente, em português, das 18,30 às 19 h. e das 23,30 às 24 h. em 16, 19 e 25 metros; e em ondas médias, em 233 metros.

Rádio Pirinaica

Transmite todos os dias, em espanhol nas ondas de 37, 39 e 43 metros, das 7 às 7,30 da manhã, e das 17,30 às 24 horas com um curto intervalo de 2 minutos em cada meia hora.

MENSAGEM AOS PRESOS DE UM GRUPO DE DEMOCRATAS REUNIDOS NO DIA 5-10-60

Com o pedido de publicação recebemos a seguinte mensagem: «Democratas, reunidos numa festa de fé republicana, pensando em vós, em vossas dores, em vossas amarguras pela Liberdade, reunem-se num anseio comum, e enviam-vos esta pequena lembrança, pedindo-vos que vos recordeis de que vos acompanhamos na vossa luta.



**JÚLIO FOGAÇA CONTI-
NUA INCOMUNICÁVEL! A
PIDE PREPARA UM ATEN-
TADO CONTRA A SUA
VIDA! RECLAMAI A SUA
IMEDIATA COMUNICABI-
LIDADE E LIBERTAÇÃO!**

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

(continuação da 1.ª pág.)

sentido da decisão livre do seu destino pelos povos coloniais, sublinhando a importância, como medidas imediatas, dum amnistia a todos os nacionalistas presos e da instituição das liberdades fundamentais nas colónias portuguesas, designadamente a liberdade de actuação de partidos e movimentos nacionais;

8—O Partido Comunista Português sublinha a necessidade de vencer os preconceitos coloniais e chauvinistas que subsistem em elementos liberais, preconceitos que limitam a unidade democrática em relação ao problema colonial, mas não impedem entretanto a acção comum na base de pontos de vista comuns, como o da necessidade de conjurar o perigo de guerras coloniais e a necessidade de instaurar as liberdades democráticas nas colónias portuguesas;

9—O Partido Comunista Português salienta que a condição fundamental para uma política em relação às colónias que tenha em conta os interesses do povo português (que coincidem com os interesses dos povos coloniais) é o derrubamento do governo de Salazar a subida ao poder dum governo democrático;

10—O Partido Comunista Português proclama ante todo o povo português que a verdadeira grandeza de Portugal só pode existir sob condição de Portugal não oprimir outros povos e de se libertar do domínio dos imperialistas estrangeiros que têm nas suas mãos a melhor parte das riquezas de Portugal e exploram e oprimem o nosso próprio povo.

Novembro de 1960

A Comissão Política
do Comité Central do
Partido Comunista
Português

NENHUM HOMEM HONESTO PODE COLABORAR COM A PIDE

Vários trabalhadores e outros cidadãos têm sido abordados pela PIDE que os convida a prestar-lhes serviços. A muitos ofereceram-lhes umas centenas de escudos, a outros, empregados nos locais onde lhes interessam manter informadores.

Nenhum homem honesto pode colaborar com a PIDE. Colaborar com a PIDE é traír o povo e identificar-se com um bando de assassinos que, juntamente com os seus cúmplices, terão um dia que prestar contas perante o nosso Povo.

GES Balanço necessário
PCP

UM ANO DE LUTAS SINDICAIS RICAS DE ENSINAMENTOS E EXPERIÊNCIAS

O ano que agora vai terminar é mais um na longa cadeia de exploração económica e de opressão política que pesa sobre os trabalhadores portugueses. É também mais um ano de duros e difíceis combates da classe operária portuguesa contra o poder do grande capital, personificado no governo de Salazar.

Algumas das mais importantes lutas da classe operária tiveram lugar nos Sindicatos Nacionais fascistas. Estas lutas foram ricas em experiências e ensinamentos que, uma vez estudados e assimilados, muito aproveitarão aos trabalhadores nas suas lutas futuras.

Isto é uma grande necessidade porquanto, no terreno sindical, os trabalhadores enfrentam um poderoso aparelho fascista eficientemente organizado, dirigido contra a acção do proletariado nos sindicatos e orientado para a defesa dos interesses de classe da grande burguesia monopolista.

Um passo em frente na consciencialização da classe operária

Os governantes fascistas, por intermédio do Ministério das Corporações, dirigido pelo policial Veiga de Macedo, lançam mão de todos os meios, os mais vis, desde a calúnia e a burla descaradas até à repressão brutal, para impedir que os trabalhadores conquistem os sindicatos e os utilizem em defesa das suas reivindicações mais sentidas.

Bem podem, porém, o ministro-polícia e os seus sequazes gritar que as concentrações e a eleição de direcções honestas nos sindicatos nacionais são obra dos comunistas que com isso não alteram uma realidade fundamental — a de que os trabalhadores portugueses, estão aprendendo a travar a luta nos sindicatos fascistas e a utilizá-los em apoio das suas legítimas aspirações. De resto, para os salazaristas, toda a manifestação contrária à sua nefasta política é apodada de «comunista».

Assim mesmo, o balanço deste ano de lutas sindicais é francamente positivo para os trabalhadores. A participação de milhares de operários de todas as profissões nas lutas travadas nos sindicatos fascistas no decurso dos últimos 12 meses, é um facto digno de assinalar.

Éxitos e insucessos do movimento sindical

A acção mais brilhante do movimento sindical português neste período foi a corajosa luta dos mineiros de Aljustrel pelo aumento de salários e o restabelecimento da legalidade administrativa no sindicato. Durante meses estes valentes trabalhadores aliaram a uma persistente luta na empresa, sob a forma de «trabalho lento», concentrações maciças, quase diárias, de centenas de mineiros no sindicato. Esta ampla movimentação culminou com a heróica greve de 35 horas no fundo da mina e com a ocupação do sindicato durante mais de 24 horas por cerca de 1.000 mineiros secundados pela população local, donde foram desalojados pelas forças da GNR e da PSP sob

a ameaça das metralhadoras.

A luta pela eleição duma direcção honesta teve agora o seu epílogo vitorioso. O delegado do INTP, certamente pela pressão das lutas mineiras e da solidariedade internacional que souberam granjear por iniciativa da poderosa F. S.M., tentou resolver a anormalidade directiva do sindicato pela imposição duma direcção da sua confiança, capitaneada pelo provocador da PIDE, Amadeu. Esta tentativa foi anulada pela acção unida dos valentes mineiros de Aljustrel que, em plena Assembleia Geral fizeram eleger por esmagadora maioria uma direcção escolhida pela classe, escorraçando definitivamente o provocador Amadeu. Merece também relevo a luta dos mineiros de S. Domingos que em numerosas concentrações no seu sindicato reclamaram aumento de salários, o que conseguiram parcialmente.

Na Covilhã, onde há mais de 14 anos uma Comissão Administrativa regia o sindicato, e depois de várias reclamações maciças dos operários têxteis desta cidade serrana e de Tortozendo, incluso junto do próprio ministro, acabam por ver liquidada esta situação anormal, fazendo eleger numa Assembleia Geral a que compareceram cerca de 700 operários, uma direcção escolhida pela classe, que recolheu mais de 600 votos contra 13 da lista apresentada pela Comissão Administrativa. A luta pela normalização directiva do sindicato dos têxteis da Covilhã e Tortozendo tem estado estreitamente associada à luta pelo aumento dos salários e pela revisão do contrato colectivo.

Os operários vidreiros da Marinha Grande acabam também de ver triunfar os seus esforços para a terminação da paralisia directiva do seu sindicato pela demissão de dois dos seus componentes. Numa Assembleia a que compareceram mais de 250 operários foram escolhidos por unanimidade os dois cargos vacantes, apesar dos esforços e manobras dos grandes industriais que queriam colocar lacaios seus à frente do sindicato.

Em Olhão, ligada a importantes acções contra a crise e o desemprego na indústria conserveira, a Assembleia do sindicato dos operários conserveiros elegeram uma direcção em oposição à lista proposta pela direcção cessante. Compareceram mais de 300 operários, destacando-se as mulheres. A lista da direcção recolheu pouco mais de 100 votos. Na secção de Lagos do mesmo sindicato, onde também se realizaram eleições, apenas 1 dos presentes votou na lista oficial, tendo triunfado a lista da classe.

Na indústria de curtumes, em Guimarães e Alcanena, tiveram lugar importantes acções reivindicativas à base dos respectivos sindicatos. No decurso de importantes concentrações, algumas das quais, como em Alcanena, chegaram a agrupar 700 operários, o contrato colectivo que se queria impor à classe foi rejeitado em Assembleias nos dois sindicatos. No sindicato de Alcanena, a única lista apresentada às eleições para uma nova direcção, recolheu a unanimidade dos votos da classe. Já depois da eleição numa concentra-

ção de cerca de 100 operários, foi apresentada de novo ao delegado do INT a reivindicação de aumento de salários.

No sindicato do pessoal de enfermagem de Lisboa, depois de várias diligências e enfrentando ilegalidades das mais descaradas, a classe de enfermeiros da capital conseguiu eleger numa Assembleia de cerca de 600 enfermeiros e enfermeiras uma lista elaborada pela classe.

No sindicato dos motoristas do distrito de Leiria, depois de várias conquistas de salários e regalias de motoristas, ajudantes e cobradores dos transportes automóveis, a classe conseguiu eleger uma direcção por ela escolhida. Isto não agradou aos grandes industriais de camionagem, como os Capristanos, que desenvolveram uma encarnizada perseguição aos directores eleitos. Vários foram despedidos das empresas onde trabalhavam e, por indicação dos Capristanos, a PIDE prendeu durante alguns meses o presidente da direcção eleita.

Os operários da Carris de Lisboa, sobre quem a PIDE desencadeou vasta repressão, conseguiram, numa bela manifestação de unidade, eleger uma direcção sindical de sua escolha numa assembleia a que compareceram cerca de 600 trabalhadores. Igualmente os trabalhadores da Carris do Porto elegeram por grande maioria uma direcção de sua escolha.

Também graças à sua unidade e iniciativa foram eleitas direcções em oposição a listas fascistas no sindicato dos jornalistas, e no dos profissionais de telecomunicações e rádio-difusão.

Apesar de não terem conseguido os seus objectivos, são dignas de relevo as acções realizadas pelos operários metalúrgicos do distrito de Santarém. Em várias empresas do distrito foram realizadas verdadeiras assembleias para a designação de delegados para uma lista da classe e esta apresentada por mais duma centena de operários. A antiga direcção, enfeudada ao Duarte Ferreira, do Tramagal, conseguiu invalidar a lista da classe e por meio de um torpe bairrismo, iludir algumas dezenas de operários do Tramagal. Mesmo assim numa assembleia onde se encontravam cerca de 600 operários, mais de metade se absteve de votar na única lista apresentada, a da direcção.

Os empregados de escritório de Viana do Castelo viram-se impedidos de concorrer com uma lista sua na eleição da direcção do seu sindicato pela intromissão ilegal do INTP. Numa assembleia de 100 assistentes apenas 8 votaram a lista fascista (os 5 da mesa, o filho do presidente e 2 bufos).

Uma grande importância tiveram as acções reivindicativas dos operários metalúrgicos dos distritos de Lisboa, Porto e Braga juntos dos respectivos sindicatos. No sindicato de Lisboa realizaram-se várias concentrações de 800, 300 e 200 operários da capital e dos concelhos do distrito. Foram além disso realizadas várias reuniões de delegados de empresas com a direcção para tratar problemas reivindicativos da classe. No do Porto, 700 operários concentraram-se

no sindicato, onde a PSP os impediu de penetrar. Em face disso, dirigiram-se em cortejo às redações dos jornais aonde expuseram os seus problemas. No de Braga, cerca de 700 operários concentraram-se no sindicato reclamando aumento de salários. Esta acção foi acompanhada por concentrações nalgumas empresas como na Sarotós, cujos operários viram as suas reivindicações parcialmente atendidas.

Igualmente notáveis têm sido as acções dos têxteis do Minho. Depois do envio duma exposição com 700 assinaturas reclamando aumento de salários e duma concentração no sindicato no dia 1.º de Maio da qual à saída os 300 operários gritavam «todos contra o governo!», uma vasta acção está em curso. Durante uma concentração de 500 operários no sindicato de Guimarães foi posto a circular um abaixo assinado reclamando aumento de salários para o qual já recolheram mais de 1.500 assinaturas.

As grandes lições da luta sindical em 1960

A primeira grande lição a extrair de toda esta movimentação é a de que só é possível obter êxitos no terreno sindical quando a luta se apoia na acção das massas. Só as concentrações maciças podem forçar as direcções dos sindicatos a agir em defesa das reivindicações operárias, só elas podem fazer eleger direcções de trabalhadores honestos para os sindicatos. Onde as acções sindicais não se apoiaram nas massas os fascistas puderam derrotá-las facilmente.

A segunda grande lição é a de que é necessário conhecer bem os estatutos do sindicato, conhecer bem os labirintos legais onde os fascistas procuram sempre anular as iniciativas dos trabalhadores para elegerem direcções da sua confiança. As listas só podem ser apresentadas por mais de 100 sócios com mais de um ano de efectividade e as quotas em dia (os sócios contribuintes não podem eleger nem ser eleitos) e têm de ser entregues alguns dias antes do dia da eleição; os elementos propostos para a direcção têm de posuir o exame da quarta classe. Os fascistas jogam com a ignorância destas e doutras disposições legais pelos trabalhadores para invalidarem as listas ou burlarem os resultados das eleições.

A terceira grande lição é a de que é necessário prever e organizar com tempo as acções sindicais. Uma grande acção de massas no sindicato sem uma comissão sindical esforçada, que em certos momentos reúna e actue diariamente é como um corpo desarticulado incapaz de se mover com acerto. Deixar para a última diligências essenciais para o bom êxito de qualquer acção sindical é dar a iniciativa ao inimigo fidalgo dos trabalhadores — o fascismo salazarista.

Com estas lições essenciais bem presentes a classe operária portuguesa conseguirá no próximo ano de 1961 novas e maiores vitórias no terreno sindical.

15 milhões de quilos de arroz perdidos no Ribatejo

Para grande parte dos pequenos e médios produtores das bacias do Tejo e do Sorraia, a produção de arroz é a principal fonte de receitas. Mas, apesar disto, e apesar de só nestas regiões do Ribatejo se produzir cerca de metade de toda a nossa produção de arroz, a verdade é que não há ali celeiros para o arroz, salvo os que as grandes casas de lavoura possuem. Isto sucede assim porque o governo, embora há muito prometa a construção de tais armazéns, nunca os construiu. Ainda em 1959, embora fosse já insufficientíssima a verba destinada pelo Plano de Fomento para a construção de armazéns de produtos agrícolas, viação rural e abastecimento de águas às populações rurais, o governo, segundo os números oficiais, dispendeu apenas 40% da verba «prometida». Tal é o desprezo do governo pelos problemas do nosso campesinato, e concretamente pela construção de celeiros para a pequena lavoura.

Ora, por não existirem tais celeiros para os pequenos e médios produtores, e como as chuvas de Setembro Outubro implicavam,

para que uma grande parte do arroz se não perdesse, o seu rápido encheimento e secagem, os pequenos e médios produtores do Ribatejo perderam 15 milhões de quilos de arroz, ou seja 50 mil contos, e a economia nacional perdeu quase um quarto da produção de arroz da região agrícola de Santarém.

Claro que os grandes lavradores nada perderam, pois têm celeiros próprios. Pelo contrário: esses só ganharam na medida em a escassez de arroz fará subir o seu preço, e na medida em que o aceleramento da ruína dos pequenos lhes permitirá pô-los cada vez mais sob sua dependência e apoderarem-se até das suas terras.

Os 50 mil contos de prejuízos representarão a ruína para muitos pequenos produtores. Os pequenos e médios produtores devem exigir do governo a construção de celeiros e outras medidas capazes de evitar que tais prejuízos recaiam apenas sobre si próprios. Que o governo responsável por tal situação, arque com as suas responsabilidades!

A VIDA E A LUTA DAS FORÇAS ARMADAS

Entrevista com um soldado da força aérea

Publicamos a entrevista dum nosso correspondente com um cabo da Força Aérea.

— Há quantos anos está na Força Aérea?

— Há sete.

— Quais os problemas que deseja ver resolvidos?

— Escusado será dizer que o primeiro é o da promoção; não acha que 6 anos de cabo já chega? Dizem que não têm verba para nós e que os quadros estão cheios, mas para promoverem os oficiais há sempre dinheiro. Repare que na Força Aérea os efectivos são muito menores que os do Exército e no entanto possui quase tantos oficiais generais como este. Além disso, no conjunto, a Força Aérea tem mais oficiais que sargentos. Ainda há bem pouco tempo foram promovidos, numa só vez, 90 novos oficiais (aspirantes a alim.)

Outro problema é o da alimentação, pois descontamos 18\$00 por dia e comemos miseravelmente, enquanto os gerentes das messes não cessam de comprar carros e mandar construir prédios.

Depois desejaria menos militarismo e mais consideração pela pessoa humana que, nós cabos, também somos. Não posso esquecer que somos os que mais trabalhamos, menos recebemos e ainda os mais mal tratados. Querira também dizer-lhe que o R. D. M. (Regulamento da Disciplina Militar) está muito desactualizado e horrivelmente contra nós.

— Diga-nos alguma coisa acerca da questão colonial.

— Sou defensor da autodeterminação para todas as nossas colónias. Embora não tenha meios de adquirir notícias sérias, a não ser pelo vosso jornal, é lógico dedu-

zir que se lá não há discriminação racial, se tudo é progresso, porque temem a investigação da ONU? E além disso, como seria possível haver lá liberdade se aqui não a há?!

Não estou, por isso, disposto, caso me enviem para lá, a massacar o povo pacífico e que luta pela sua independência, para defender os interesses dum punhado de tubarões.

Gostaria de apelar daqui para todos os meus camaradas para que se unam e ponderem bem no que vão fazer, antes que seja tarde.

Estamos certos que este apelo corajoso dum cabo aviador encontrará eco nas praças da Força Aérea. O lugar dos soldados, marinheiros e aviadores portugueses é ao lado de todo o povo na luta contra a guerra nas colónias, contra o comando dos generais da NATO, pelo derrubamento do regime fascista de Salazar e o triunfo dum governo democrático em que as Forças Armadas sirvam os interesses nacionais.

Levantamento de rancho dos soldados de cavalaria de Estremoz

Como protesto contra o facto de a comida ser intragável, os soldados de Cavalaria 3, de Estremoz, fizeram um levantamento de rancho. No sentido de forçar os soldados a comer, um sargento ordenou que todos os soldados se sentassem, mas nem um só cumpriu tal ordem. Veio então um oficial que provou a comida, disse que estava muito boa, e ameaçou os soldados com a prisão e espancamentos se não quisessem comer. Alguns soldados acobardaram-se. Mas, a imensa maioria permaneceu firme e resoluta negando-se a comer tal mixórdia. Como resultado

Luta dos pequenos e médios vinhateiros de Baião

Em meados deste mês efectou-se em Baião uma assembleia de vinhateiros para decidirem onde devia ser construída uma Adega Cooperativa. Os grandes lavradores e os seus servidores que se encontrava na Mesa da Assembleia (Vice Presidente da Câmara, delegado da Comissão de Viticultores da Região dos Vinhos Verdes e gerente do Grémio da Lavoura de Baião) queriam que o número de votos de cada um fosse proporcional à respectiva produção de vinhos, para que assim a meia dúzia de grandes lavradores presentes tivessem mais votos que todos os outros vinhateiros juntos. Porém, os pequenos e médios produtores defenderam e fizeram aceitar o critério de que cada sócio da Cooperativa só tinha direito a um voto, o que aliás é sempre o princípio que prevalece em todas as cooperativas dignas desse nome. Passou-se então à votação. Os grandes lavradores queriam que a Adega fosse construída em Eiriz para assim servir exclusivamente quatro ou cinco grandes lavradores cuja produção é da ordem das

centenas de pipas. Contudo, pela grande maioria dos pequenos e médios produtores foi decidido que a Adega Cooperativa fosse construída na freguesia de Santa Marinha do Zézere para assim poder servir directamente os pequenos e médios vinhateiros das freguesias de Covelas, Frende, Gestação, Loivos da Ribeira, Santa Marinha do Zézere, Teixeira, Teixeira, Tresouras, Valadares e Viariz. Apesar disto, os grandes lavradores e os seus lacaios da Mesa da Assembleia sabotaram uma vez mais, e ilegalmente, a decisão da Assembleia, não aceitando o que ficou decidido e remetendo a decisão para a Comissão de Viticultores da Região dos Vinhos Verdes que, como todos os organismos corporativos da lavoura, está nas mãos dos grandes lavradores.

Pequenos e médios vinhateiros de Baião: Se não respeitarem a vossa decisão, construir-se-á mais uma Adega Cooperativa que, como tantas outras, de cooperativa só terá o nome. E isso corresponderá de facto à política do governo que não pretende senão esmagar-vos em benefício dos grandes lavradores. Mas vós podeis e deveis reagir. Em abaixo-assinados e outras formas de luta exigei que a vossa decisão seja cumprida. Uni-vos e organizai-vos para fazer respeitar as vossas decisões e os vossos interesses!



TRIBUNA DO LEITOR

Um Presidente dum Câmara

Presidente da Câmara de Alcácer do Sal é o sr. Dr. Amarel, que é também o médico do Montepio.

Este senhor «cumpre muito bem» os seus deveres de médico.

Um dia foi chamado para ver um doente e não o foi ver... porque estava a tomar o chá. O povo, ao saber disso, ficou profundamente revoltado. Mas pouco depois foi chamado para ver um primo e também não foi... porque estava a dormir a sesta.

Como presidente da Câmara nunca etende qualquer reclamação. Diz que está naquele lugar para dar ordens e não para atender ao que lhe pedem. É talvez por isso que o bairro da Graça pede água há mais de dez anos e ainda a não tem. Ainda há um ano foi feito um novo requerimento para obter água mas o Dr. Amarel diz que o que quer é tratar da vila.

É necessário desmascarar estas autoridades que são os senhores dum terra e nada fazem em defesa das populações.

Um habitante de Alcácer-do-Sal

Situação nas Minas de Ferro do Carvalho (Três-os-Montes)

Trabalhem cerca de 500 operários nestas minas, propriedade da Ferrominas. Os seus salários vão de 20\$00 a 30\$00 e descontam 5%, para a Caixa de Previdência dos Metalúrgicos—Lisboa—e 1,5%, para o Fundo de Desemprego. Até aqui nada há de especial a assinalar visto que os seus baixos salários correspondem à situação de miséria em que vivem os trabalhadores do nosso país. Porém, a exploração a que este núcleo de operários é sujeito ultrapassa tudo quanto é conhecido. Já de si miseráveis são pagos a longo prazo que vai de seis a oito meses e sem dia certo. O abono de família só lhes é pago de 2 em 2 anos. As condições de trabalho são idênticas a trabalho forçado. O capitaz-geral que é um bandido, comanda uma alcaideia de 8 vigilantes autênticos faras que durante o dia nada mais fazem que insultar e perseguir os trabalhadores.

Indignados com a exploração a que são sujeitos, mal alimentados e de saúde abalada, muitos trabalhadores vêm-se na necessidade de abandonar o trabalho do quarto ao sexto mês.

Muitos deles com famílias numerosas e a braços com a miséria por falta de trabalho nas suas terras cu a ganharem jorna miseráveis, aceitam as contratas para as minas convencidos que com um salário certo conseguirão diminuir as dívidas e a miséria nos seus lares. Bem cedo são atrocemente desiludidos. Se dívidas e fome tinham quando saíram das suas terras, mais fome e mais dívidas encontram quando regressam a elas e muitos deles com a saúde gravemente abalada.

Os mineiros do Carvalho exigem: Aumento geral de salários; o pagamento dos salários em atraso; futuro pagamento à quinzena; regular pagamento do abono de família e condições de trabalho mais humanas.

Um leitor

Bastia de barbaridades

Na herdada de Carta-rabos, do agrário António Amaro, entre Castro Verde e Aljustrel, uma patrulha da GNR de Aljustrel espancou selvaticamente dois honrados ceifeiros.

Aquele agrário dava aos ceifeiros comida ruim e um dia há dois ceifeiros que se negam a comer e vão ao monte do agrário pedir contas para se ir embora. Por azar, estava ali perto uma patrulha que o agrário chama, e leva os homens para trás do monte e espancam brutalmente os dois ceifeiros até eles caírem no chão todos furidos e sem sentidos.

Trabalhedores! Protestemos todos em massa junto das entidades superiores contra estas crueldades cometidas pelos grandes agrários e pelos carrascos da GNR que não têm sentimentos humanos. Não sentem remorsos ao espancar honrados e modestos trabalhadores cujo único crime é defender os seus sagrados interesses, é não querer a fome nas suas casas, é não querer andar desempregados; o seu crime é desejar ter uma vida mais desfogueada e livre de sofrimentos.

Abaixo a repressão.

Um Alentejano

A PREVIDÊNCIA AO SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS

Nestas últimas semanas, o ministro das Corporações tem-se afadado a fazer reclame de novas regalias da Previdência, anunciando aos quatro ventos que elas custarão às Caixas 120.000 contos por ano.

Para termos uma ideia do que representa esta nova «dádiva», lembremos alguns números referentes às Caixas Sindicais de Previdência: tendo 933.000 contos de receitas em 1958, estas Caixas não chegaram a gastar 400.000 contos em abono de família, medicamentos, consultas, subsídios, pensões — enfim, em todas as formas de assistência aos trabalhadores associados. Entretanto, metade dessas receitas — QUASE MEIO MILHÃO DE CONTOS — foram destinados nesse mesmo ano à compra de títulos do Estado e de acções e obrigações de grandes empresas capitalistas. As Caixas Sindicais puderam assim anunciar em 1958 a existência em «reservas» de 3 milhões e 600 mil contos, quantia fabulosa que se encontra inteiramente nas mãos da grande burguesia: só três empresas eléctricas, as Hidroeléctricas do Cávado, do Zêzere e do Douro, têm mais de meio milhão de contos da Previdência integrados no seu capital; um terço do capital da Companhia Nacional de Electricidade é constituído por dinheiro da Previdência; a Companhia do Revuê tem 15.000 contos; etc.

Assim, enquanto milhares de trabalhadores que descontaram anos e anos para a Previdência se vêem abandonados na doença e na invalidez e arrastam uma velhice de miséria, o seu dinheiro acumulado pelos dirigentes fascistas, vai aumentar o capital dos monopólios e serve para perpetuar a sua exploração.

As novas regalias, anunciadas com tanto barulho pelo ministro das Corporações, não vêm alterar esta situação revoltante: elas são mais algumas «tristes migalhas para iludir a realidade», como já chegou a ser dito num congresso da União Nacional.

Os trabalhadores devem ganhar a consciência de que só com o derrubamento do fascismo lhes será possível conquistar um verdadeiro Seguro Social, sendo aliviados ao mesmo tempo dos pesados descontos nos salários. Mas o derruba-

mento do fascismo exige um amplo movimento de massas, no qual se inclui a acção de milhares de trabalhadores unidos em torno das suas reivindicações.

Lutar para obter da Previdência os subsídios que a lei estabelece, agir em massa nos sindicatos e nas direcções das Caixas para o alargamento da assistência, desmascarar o desvio dos fundos da Previdência para as mãos dos tubarões da finança, protestar contra as Federações de Caixas que são sorvedouros de dinheiro — este é o caminho que pode trazer para os trabalhadores uma melhoria imediata na sua situação, ao mesmo tempo que dará nova força ao movimento nacional anti-fascista.

MAIS UM CRIME NO TRIBUNAL PLENÁRIO DE LISBOA

No Tribunal Plenário, que de Tribunal tem apenas o nome, pois não passa de uma secção da PIDE dirigida pelo sinistro «juíz» Caldeira, foi condenado a oito anos de prisão maior celular, perda de direitos políticos por quinze anos e «medidas de segurança» (fórmula salazarista da prisão perpétua), Afonso da Silva Gregório, operário vidreiro da Marinha Grande que há já longos anos lutava na clandestinidade e era actualmente membro do Comité Central do

P.C.P. Afonso Gregório, que começou a trabalhar como operário aos 6 anos de idade, é um homem doente cuja vida não poderá suportar muitos anos de encarceramento. Esta condenação é mais um crime do governo fascista e do seu sórdido laçao, o «juíz» Caldeira e seus cúmplices.

Exijamos a extinção dos Tribunais Plenários! Exijamos uma Amnistia para todos os presos políticos!

UMA GREVE DE 300 OPERÁRIOS EM S. JOÃO DA MADEIRA

Os operários da fábrica de calçado Manuel Lima, em número de 300, resolveram pedir ao patrão o aumento dos seus salários. Como este respondesse negativamente, no dia 10 de Novembro ninguém — à excepção de 6 aprendizes — compareceu ao trabalho.

No dia seguinte, apresentando-se todos na fábrica, renovaram o seu pedido de aumento. Este foi

conseguido, embora o patrão tenha arrancado também dos operários o compromisso de aumentarem a produção.

O resultado desta greve de um dia dos operários da Manuel Lima representa uma vitória parcial, mas as condições em que foi obtida não pode de modo algum satisfazer os trabalhadores de cujo esforço acaba afinal de sair o aumento agora concedido.

TRABALHADORES! Em 1961 terão lugar eleições nos Sindicatos Nacionais. Coloquemos à sua frente direcções honestas!

A ORIENTAÇÃO TERRORISTA DO D.R.I.L. não favorece a causa democrática

O jornal «Portugal Livre», que epóia o capitão Henrique Galvão e se publica em S. Paulo, Brasil, tem inserido, com bastante frequência e relvao, ataques ao nosso Partido. Apesar dos termos violentos, inemistosos e grosseiros em que são feitos esses ataques, não entramos em polémica com «Portugal Livre». Trela-se de um jornal de emigrados anti-salazaristas e não queremos prejudicar as possibilidades dum entendimento. Lutamos pela unidade de todos os portugueses que estão contra Salazar e, entre eles, contam-se os homens do «Portugal Livre». Discutamos as nossas divergências, mas evitemos combatermos-nos em termos que cortem as pontes para acordos e acções comuns.

O número de Agosto do «Portugal Livre» publica um «Comunicado do DRIL», que merece alguns reparos. O DRIL toma a responsabilidade por alguns lançamentos de bombas em Espanha (em «burgueses da escola de combolos») e «nas arredadeiras de bogagens») e diz estar preparando o mesmo para Portugal. As finalidades dessas acções seriam a destruição da política económica de Salazar e a preparação de luta insurreccional. Um tal plano tem uma parte de ingenuidade e uma parte de perigo. De ingenuidade, porque supõe que actos desse tipo poderiam pôr em jogo os planos económicos fascistas e preparar

uma situação insurreccional. De perigo, porque tais actos, longe de robustecerem a vontade de luta do povo e enfraquecerem o governo fascista, provocariam, na situação presente, a desproporção das mais amplas camadas populares, dificultariam a unidade democrática, isolariam as forças mais combativas e criariam condições para uma repressão ainda mais feroz.

Apesar de que já há muitos e muitos meses foram anunciados pelo DRIL próximas acções de comandos em Portugal, até agora não se registou nenhuma. É natural que estes planos terroristas não passem do papel, pois é sempre mais fácil ser terrorista em palavras do que sê-lo nas acções. Mas também não está excluído que homens corajosos, convencidos da eficiência do processo, se decidam a acções dessas.

Nós reafirmamos que tais acções de terrorismo individual, a serem levadas a cabo, não beneficiariam o movimento democrático português. Não somos adversários do emprego da força para derrubar o fascismo, embora fosse de desejar uma solução sem derramamento de sangue. Não somos adversários de acção armada e insurreccional, uma vez que a situação política o favoreça, isto é, que estejam criadas condições objectivas e organizativas para ela. Mas somos contra os actos de violência anárquica, que nada resolveriam e muito poderiam prejudicar.

AS COMISSÕES CORPORATIVAS

Non favorecem os interesses dos trabalhadores

visto atendidas as suas queixas por parte dos tribunais do trabalho, os quais, embora sendo organismos oficiais, gozam duma independência relativa face às influências e pressão patronal. Pelo decreto agora publicado só em último caso poderão os trabalhadores recorrer para os tribunais do trabalho através duma mecânica de tal modo complicada que anula na prática esse direito.

Segundo o decreto, as comissões corporativas serão constituídas por representantes do INT que presidirão, e por representantes do patronato e dos trabalhadores em número igual.

Admitindo mesmo que a representação dos trabalhadores nas comissões corporativas seja sempre constituída por trabalhadores firmes e decididos na defesa dos interesses da sua classe, a sua representação desde logo se encontra em condições desvantajosas dado que a representação patronal junta à do governo estará sempre em posição maioritária e, por isso, em condições de impor as suas decisões aos trabalhadores. Esta desvantagem é na prática ainda mais acentuada dadas as exclusões e pressões de toda a ordem a que normalmente está sujeita a escolha da representação dos trabalhadores para qualquer organismo corporativo, de que é exemplo o que se passa com a eleição das direcções sindicais.

Com o decreto em questão, o governo tem também em vista limitar ainda mais o papel dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores, atribuindo às comissões corporativas, organismos onde predominam o patronato e o governo, a solução de questões que eram até então da competência dos sindicatos nacionais.

Ao mesmo tempo que denuncia estes objectivos do governo, o Partido Comunista aconselha os trabalhadores a não se desinteressarem da escolha dos seus representantes nas comissões corporativas de modo a impedir que nelas sejam instalados elementos vacilantes ou laçaios do patronato e do governo. Para isso, os trabalhadores devem reclamar das direcções sindicais e do INT o direito a eleger em assembleias gerais os seus representantes em tais comissões.

Todos ao RECENSEAMENTO

No próximo ano há «eleições» para a «Assembleia Nacional». De 2 de Janeiro a 15 de Março todos os anti-salazaristas se devem inscrever nos cadernos eleitorais e exigir o certificado de eleitores para poderem votar nos candidatos democráticos. As Comissões do 5 de Outubro podem transformar-se em Comissões de Recenseamento. Que em todos os locais de trabalho, bairros e localidades se formem Comissões de Recenseamento que levem os companheiros de trabalho, os amigos e vizinhos (incluindo os que até aqui têm permanecido indiferentes à política) a inscreverem-se no recenseamento eleitoral. Que cada democrata conquiste o direito de votar!